O GÉNERO NA PSICOLOGIA: UMA HISTÓRIA DE DESENCONTROS E RUPTURAS

Lígia Amâncio

Resumo Apesar da sua já longa existência na psicologia, só muito recentemente a investigação psicológica integrou o conceito de género e a comunidade científica assumiu as implicações teóricas e metodológicas que dele resultam, no quadro de um debate epistemológico que tem contribuído decisivamente para o questionamento e a mudança do olhar da disciplina sobre o seu território de reflexão e acção. É deste percurso, tão atribulado quanto produtivo, do conceito de género no seio da psicologia, que se dá conta neste artigo. A resistência da disciplina à ruptura paradigmática exigida pela perspectiva de género é ilustrada, num primeiro momento, com alguns exemplos da prevalecente ambiguidade na distinção entre sexo e género. Seguidamente, discutem-se os obstáculos à mudança de paradigma, em especial na tradição americana, situando a tensão então gerada no seio da disciplina no contexto de emergência dos novos movimentos sociais. Por último, discutem-se os desenvolvimentos recentes da psicologia social europeia, no quadro da articulação entre os modelos da identidade social e das representações sociais, procurando mostrar a consistência teórica que os caracteriza.

Palavras-chave Género, sexo, psicologia.

Introdução

Foi precisamente num domínio afim da psicologia que surgiram as primeiras referências ao género, no final dos anos 60. Estudos conduzidos por médicos e psiquiatras tinham mostrado que era mais fácil mudar o sexo de jovens adolescentes, através de cirurgia, quando a sua identidade psicológica não correspondia à identificação biológica, do que alterar, no plano psicológico, o sentimento de ser rapaz ou rapariga. Ao revelar a autonomia da identidade psicológica em relação ao sexo biológico, inscrito no corpo, os resultados destes estudos conduziram à emergência do conceito de género para designar precisamente "... os comportamentos, sentimentos, pensamentos e fantasias que, embora relacionados com os sexos, não estão necessariamente associados ao sexo biológico" (Stoller, 1968, citado por Millet, 1970/1991, p. 29), podendo mesmo divergir dele.

Sexo e género surgiam, assim, como conceitos distintos, uma vez que o

Lígia Amâncio, Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

primeiro pertencia ao domínio da biologia, enquanto que o segundo implicava a abertura de uma nova área de conhecimento, no domínio da psicologia, mas também de outras disciplinas, já que o próprio Stoller situava a sua origem na cultura. A dimensão cultural do género será efectivamente acentuada na definição que surge, alguns anos mais tarde, na sociologia (Oakley, 1972), e que vai servir de referência para as ciências sociais. Mas o tempo do género é também o tempo de um debate, suscitado pelo feminismo, onde se confrontavam os argumentos da invariância biológica das diferenças entre os sexos com os que salientavam os determinantes culturais da condição de subalternidade das mulheres. Não admira, por isso, que os estudos realizados no California Gender Identity Center e relatados por Robert Stoller fossem abundantemente citados por Kate Millet (1970/1991) na obra que se tornaria um clássico do feminismo da segunda vaga.

Na psicologia, no entanto, a introdução do conceito de género não logrou deslocar o olhar dos investigadores dos indivíduos sexuados para o pensamento sobre os sexos, tendo-se mantido, por muito tempo, uma utilização mais ou menos arbitrária do sexo e do género, ao gosto dos autores, como mostram dois exemplos de publicações da psicologia social americana dos anos 80:

> Unger (1979) has proposed that a distinction be made between the terms "sex" and "gender" with the former used for the biological mechanisms and the latter for characteristics considered socioculturally appropriate to men and women. While this appears to be a useful distinction, we use the terms interchangeably in this chapter. (Williams e Best, 1986, p. 259, nota 1, itálico meu).

> There are no ready conventions for the use of the terms "sex" and "gender" in psychology. My preference is to use "sex" to refer to the biological assignment of males and females and "gender" to refer to all other characteristics assigned to male and females... (Morawski, 1987, p. 63, nota 1).

Apesar de a American Psychological Association (APA) ter sido pioneira na publicação de normas para combater o sexismo na linguagem, o politicamente correcto prevaleceu sobre o teoricamente correcto, no que diz respeito ao género. Um simples olhar sobre os artigos publicados na revista de referência para a psicologia social de todo o mundo, o *Journal of Personality and Social Psychology* permite verificar, ainda hoje, exemplos de utilização arbitrária do sexo e do género. A persistência no uso do género como critério classificatório, mero substituto do sexo, segundo a preferência dos autores, contribuiu para esvaziar o termo do seu significado conceptual e analítico e para a perda do valor acrescentado que ele poderia trazer ao desenvolvimento do conhecimento psicossociológico. De facto, foi preciso esperar pelos anos 90 para que uma edição do *Handbook of Social Psychology* dedicasse um capítulo ao género (Deaux e LaFrance, 1998). Na edição dos anos 80, o estado da arte desta área de pesquisa, extremamente produtiva aliás, era apresentado num capítulo cujo título não incluía o termo género, mas sim o de *sex-roles* (Spence, Deaux e Helmreich, 1985).

O género teve, portanto, um acolhimento difícil na psicologia social

americana, como salientaram alguns autores europeus (Hurtig e Pichevin, 1985), que se interrogavam sobre se o sexo era, afinal, uma variável explicativa ou um construto a explicar, e se referiam à produção da psicologia social americana como uma "psicologia selvagem das diferenças entre os sexos" (Hurtig e Pichevin, 1986, p. 9). As razões para o desencontro do género com a psicologia radicam na influência combinada e não particularmente produtiva, neste caso, do movimento feminista e do *mainstream* da psicologia, como mostra Unger (1998) num trabalho recente. Na verdade, se estas duas influências não resultaram contraditórias foi porque ambas partilhavam uma visão liberal das relações sociais.

Os desencontros...

Para compreender as resistências da psicologia ao conceito de género é necessário recuar até aos anos 60 e recordar duas das profundas transformações sociais que marcam essa época. O ressurgir do movimento feminista, após um longo período de desmobilização devido às duas guerras, e a chegada das mulheres à profissão da ciência, em resultado das oportunidades de educação que se lhes foram abrindo ao longo do século. A presença dos homens na ciência era, naquela altura, esmagadora: na convenção da APA de 1956 as mulheres representavam apenas 10,8% dos participantes e 10 anos mais tarde, na convenção de 1966, a percentagem era ainda de 13,9%, segundo Mednick (1978, citado por Unger, 1998). A condição de sobreminoria obrigou as mulheres daquela nova geração a lutar pelo reconhecimento individual e contra os condicionalismos que as remetiam para as margens da profissão, enquanto grupo: "While we were visible as potential sexual partners for men, we were completely invisible as professional colleagues." (Unger, 1998, p. 4)

Mas a invisibilidade não se aplicava apenas a elas pessoalmente. A ciência que se fazia na altura, sobretudo experimental e de orientação comportamentalista, mantinha-se alheada das questões suscitadas pelos novos movimentos sociais e ignorava as mulheres enquanto sujeitos e objectos de pesquisa. O testemunho de psicólogas experimentalistas — sem dúvida a área mais "científica" da psicologia — formadas nessa época, é elucidativo:

> Once upon a time I was a confirmed behaviorist... If I thought of sex professionally at all, I saw it as a variable which could neither be manipulated nor controlled and therefore of very little scientific interest. Even the rats were male. (Testemunho de Rhoda Unger em Crawford e Unger, 2000, p. 29; Rhoda Unger doutorou-se em psicologia experimental em Harvard e obteve a sua primeira colocação na universidade em 1966).

> More and more, my research seemed like a series of intellectual puzzles that had no connection to the rest of my life... I began to ask myself why I was doing a kind of

> psychology that had so little to say about the world as I knew it. (Testemunho de Mary Crawford em Crawford e Unger, 2000, p. 29).

A necessidade de criar um espaço de visibilidade e reconhecimento para o trabalho desta nova geração de investigadoras conduziu à emergência da *psychology of women*, que se institucionalizou com a criação da Divisão 35 (Psychology of Women Division) no seio da APA, em 1974 (Unger, 1998), e se afirmou, no seio da comunidade científica, com a fundação das revistas *Sex-Roles*, em 1975, e *Psychology of Women Quaterly*, em 1977. Os primeiros estudos nesta área são conduzidos por psicólogos clínicos, como Goldberg (1968) e Broverman e a sua equipa (Rosenkrantz *et al.*, 1968; Broverman *et al.*, 1970 e 1972), assim como são psicólogas clínicas, da personalidade e da educação, quatro das cinco primeiras presidentes da Divisão 35, desde a sua fundação até 1978 (a excepção é a da psicóloga social Florence Denmark, no mandato de 1975-76) (Unger, 1998, ver Apêndice).

À importância da psicologia clínica e de aconselhamento, para a emergência desta nova área de investigação, não terá sido estranha a influência da acção de Betty Friedan nos anos 60.[1] A partir da sua experiência profissional, como psicóloga clínica e investigadora aplicada, Friedan (1963/1998) publicara um livro sobre o mito da feminilidade, gerado na cultura americana do pós-guerra, onde denunciava o papel dos conhecimentos científicos da época para a sua consolidação e legitimação. Este foi, de facto, um período em que os discursos médico, sociológico e clínico, com a ajuda da literatura e do cinema (para esta discussão, ver Amâncio, 1994), convergiram na exaltação do papel das mulheres na família, revelando uma ansiedade em repor uma ordem social que a guerra rompera. Friedan considerava que o mito da feminilidade, estritamente confinada aos limites do papel feminino tradicional, mas revestida agora de um suporte "científico", estava na origem da forte incidência da procura de ajuda clínica e das depressões que se verificavam entre as americanas da classe média, em idade activa e com família. Segundo a autora, estava-se perante um fenómeno novo, resultante da divergência entre as aspirações desta nova geração de mulheres qualificadas e o lugar que a sociedade lhes reservava. A identificação deste fenómeno surgia num capítulo intitulado "The problem that has no name" (Friedan, 1963/1998, p. 13), precisamente para salientar o facto de ele não ser, sequer, objecto de interrogação por parte da comunidade científica.

Fundamentando-se na investigação, a corrente da *psychology of women* vai procurar denunciar os efeitos sobre a psicologia feminina, em particular sobre a auto-estima, da posição de subordinação das mulheres, da escassez de oportunidades de emprego a que tinham acesso e da pressão a que eram submetidas para o desempenho do papel tradicional. Num país como os Estados Unidos, onde existiam revistas de divulgação científica e um público curioso e capaz de se apropriar desses conhecimentos, a investigação era assumida, nesta perspectiva, como uma forma de intervenção política e de participação para a mudança de atitudes e comportamentos.

Entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70 surgem os estudos sobre o preconceito e os estereótipos sexuais, segundo a terminologia da época. Uma análise

dos *Psychological Abstracts* mostrou que o aumento do interesse pelos estereótipos, na década de 70, se deveu quase inteiramente aos estudos sobre estereótipos sexuais: em 1968 só se encontrava o resumo de um estudo sobre atributos masculinos e femininos, mas em 1977 o número destes estudos tinha subido para 159 (Ashmore & DelBoca, 1981, p. 9). De acordo com estes estudos, os estereótipos sexuais eram um fenómeno generalizado, na sociedade americana, e tinham-se mantido relativamente inalterados apesar das mudanças recentes. Por outro lado, alguns dos estudos mostravam os efeitos dos estereótipos sobre a identidade das mulheres: tinham uma baixa auto-estima, não eram orientadas para o sucesso ou eram-no mesmo para o fracasso e estavam permanentemente ameaçadas pelo desvio e a patologia, já que o modelo ideal de adulto, mentalmente equilibrado, se baseava nos atributos do estereótipo masculino e as mulheres, tal como os homens, recorriam aos traços estereotípicos para se autodescreverem.

É para combater essa imagem do feminino que o modelo da androginia vem propor, no início dos anos 70, uma "visão utópica e ao mesmo tempo um modelo de saúde mental que não obrigava o indivíduo a banir do seu *self* os atributos e comportamentos inadequados ao seu [dele ou dela] sexo, de acordo com a definição estereotipada" (Bem, 1993, p. 124), como diz a autora do modelo numa publicação recente. Como veremos adiante, o modelo da androginia foi objecto de profundas críticas e a própria Sandra Bem afirma que começou a pô-lo em causa a partir de 1977. Mas a autora também tem razão quando diz que a violência de algumas críticas não era merecida. Afinal, o modelo da androginia sofria dos mesmos males que muitos dos estudos daquela época e mostrava, como eles, que a psicologia não soubera capitalizar o conceito de género, antes se limitara a sobrepô-lo ao sexo.

Imbuídas/os da crença na acção formativa e educativa da ciência sobre o pensamento do senso comum, as/os investigadoras/es da corrente da *psychology of women* acumulavam a designada evidência empírica com o objectivo estratégico de "curar" os preconceitos e as atitudes discriminatórias. Do lado de fora dos laboratórios, o movimento feminista utilizava estes resultados para pressionar a intervenção do estado, através de programas e campanhas que levassem à famosa "mudança das mentalidades" (termo muito utilizado, ainda hoje, no discurso político sobre a igualdade entre homens e mulheres...). Mas o uso da investigação como instrumento estratégico de acção política, aliado à crença inabalável na objectividade da ciência, fizeram com que as questões epistemológicas ficassem para trás:

> Although we were fueled by feminist critiques of sexism within academia and in society as a whole, most of us did not, at first, extend this critique to psychology as a discipline (Unger, 1968, p. 25).

De facto, a orientação dominante da psicologia para as diferenças individuais foi transposta para as diferenças entre agrupamentos de indivíduos, segundo o sexo, sem que houvesse qualquer preocupação em explicar esta variável, confundindo-se, portanto, sexo masculino e feminino com masculinidade e feminilidade, apesar de algumas vozes discordantes:

> It goes without saying that a person' s sex is considered an independent variable, not a dependent one, despite the fact that everyone and no one knows what it means (Sherif, 1979/1998, p. 65).

Carolyn Sherif chamava a atenção, neste famoso texto (recuperado recentemente pela crítica feminista da psicologia), para a prevalência do sexismo na investigação psicológica, considerando que os principais obstáculos para a eliminação dos pressupostos geradores de enviesamento na psicologia eram a ideia de que o experimentalismo conferia estatuto científico à disciplina e a fé na objectividade dos métodos de pesquisa. De facto, já nessa altura tinham sido produzidas importantes críticas no seio da psicologia, tanto no plano teórico (Shields, 1975), como metodológico (McKenna e Kessler, 1977), sem grandes efeitos sobre a prática científica dominante, nem mesmo da *psychology of women*. Por isso mesmo, Sherif lamentava a ausência de ruptura entre a prática dos velhos e dos novos investigadores:

> Older psychologists had no doubts that it [the variable called sex] contained "biology". Modern psychologists follow suit, add culture, or subtract biology as well (Sherif, 1979/1998, p. 66).

A orientação empiricista, que levou a negligenciar o sentido e os fundamentos da caracterização dos sujeitos, o voluntarismo político, que conduziu ao predomínio das comparações entre homens e mulheres, e a ausência de crítica aos pressupostos básicos da própria psicologia, favoreceram a prevalência do sexo em relação ao género e contribuíram para o carácter mais descritivo do que explicativo dos estudos:

> The questions of sex differences... obscure the origin of such differences... Examination of sex differences obscures the examination of sex similarities... Analysis based on sex differences tend to imply a trait view of psychology that obscures the situational determinants of behaviour (Unger, 1979/1998, p. 119).

No plano teórico, o predomínio de explicações intrapsíquicas, como as que recorriam ao modelo das atitudes para explicar os estereótipos, ou aos esquemas e *scripts*, como nos modelos da androginia e cognitivistas dos anos 80, continuou a remeter para o indivíduo, ou para o interior dos grupos de sexo, acentuando a polarização das diferenças, a confusão entre sexo e género e a bipolaridade das categorias de sexo. Por outro lado, esta prática científica não deixou de contribuir para a acentuação da diferença feminina, num ambiente académico onde a crença na neutralidade da ciência obscurecia o androcentrismo (Nicolson, 1992). No entanto, a influência do feminismo radical, nos anos 80, não vai alterar o quadro que marca os períodos anteriores, limitando-se a promover um discurso de exaltação dessa mesma diferença. O exemplo mais paradigmático desta mudança foi o que aconteceu com o trabalho de Carol Gilligan (1982). Este estudo partia da crítica ao androcentrismo da teoria de Kohlberg, com quem a autora tinha colaborado, sobre o desenvolvimento da moralidade, e que se apoiara em investigação feita exclusivamente com indivíduos do sexo masculino. Embora o género apareça nesta obra como

mero substituto do sexo, Gilligan procura evitar que os seus resultados sirvam para consolidar uma ideia sexista da moralidade:

> The different voice I describe here is characterized not by gender but theme. Its association with women is an empirical observation, and it is primarily through women"s voices that I trace its development. But this association is not absolute, and the contrasts between male and female voices are presented here to highlight a distinction between two modes of thought and to focus a problem of interpretation rather than to represent a generalization about either sex... No claims are made about the origins of the differences described... Clearly, these differences arise in a social context... (Gilligan, 1982, p. 2)

Dos três estudos incluídos no livro, apenas o último sobre direitos e responsabilidades, que analisa as concepções morais e de si, a vivência de situações de conflito moral e os juízos sobre dilemas morais, incluía homens e mulheres. A predominância da voz feminina neste livro, aliada ao facto de que um dos estudos analisava os conflitos ligados à decisão de abortar, tornaram a obra da Carol Gilligan numa bandeira para a celebração da diferença feminina, em termos positivos. Ao mostrar que os juízos morais das mulheres eram orientados para os outros, assumindo, portanto, um carácter fusional e de *caring*, a obra de Carol Gilligan tornou-se, provavelmente, na mais citada da literatura feminista dos anos 80, para fundamentar a existência de uma moralidade masculina e outra feminina, num discurso de exaltação da feminilidade essencializada no sexo feminino, sem contemplação pela chamada de atenção que a própria autora fazia na introdução da obra.

O que prevalece, nesta perspectiva, é a ideia de individualismo que caracteriza a psicologia americana moderna (Farr, 1995). De facto, ao transformar dimensões de subjectividade em traços individuais, como diz Morawski (1994), esta visão da diferença remete para o plano individual e essa é a razão pela qual os estudos sobre o género reproduziram, segundo a autora, as mesmas fraquezas que os estudos sobre os sexos apresentavam anteriormente: dualismo, enviesamento reducionista, negligência das semelhanças entre os sexos e das variações internas aos grupos de sexo, para além de participarem para a ideia de uma falsa simetria. Além disso, tal como Carolyn Sherif dizia que os investigadores utilizavam a variável sexo sem saber o que era o sexo, também nos podemos interrogar sobre o que é a diferença. De facto, quando os psicólogos falam de diferenças estão, em geral, a basear-se numa diferença, estatisticamente significativa. Serão essas as diferenças que distinguem os sexos, como perguntam Hare-Mustin e Marecek (1990 a, p. 24) e, se assim é — "How much difference makes a difference?"

Nos anos 90 surgem numerosas reflexões críticas sobre o passado, seja por psicólogas feministas americanas, como as que temos vindo a citar, seja ainda por europeias, que sempre mantiveram um olhar crítico sobre o desenvolvimento da investigação psicossociológica, e que denunciam a incapacidade da disciplina para produzir instrumentos conceptuais e analíticos para a análise das relações sociais baseadas no sexo (Apfelbaum, 1997). Mesmo vozes mais ortodoxas assinalam as contradições acumuladas na relação entre o feminismo e a psicologia: se há estudos

que mostram as diferenças que se viram contra as mulheres, outros assinalam as diferenças que jogam a favor delas, outros ainda mostram as semelhanças entre os sexos (Eagly, 1995). Afinal o que queremos? — pergunta a autora. Assumindo-se como feminista, Alice Eagly recorda que a investigação pode sempre provar o que se quiser, mas, por isso mesmo, é preciso pensar no que se está a fazer...

... e as rupturas

A enorme riqueza das críticas à psicologia social americana, que tem sido produzida pelas próprias psicólogas feministas americanas, mostrando como a disciplina tem resistido ao género, constitui um mérito incontestável e um indicador do enorme dinamismo da psicologia neste país. No entanto, estas críticas têm esquecido as propostas da psicologia social europeia (Jesuíno, 2000), que se distingue pela ruptura, ou compromisso, com as orientações metodológicas dominantes do lado americano, e pelo facto de ter alargado os níveis de explicação (Doise, 1982) aos grupos sociais, com a teoria das relações intergrupos de Henri Tajfel, e aos processos simbólicos, com o modelo das representações sociais de Serge Moscovici. É no quadro deste último modelo que podemos situar a totalidade do conceito de género, na medida em que ele se refere a processos psicossociológicos onde se cruza uma dimensão mais psicológica, ou de representação mental, como a que se encontrava na definição inicial de Stoller, e uma dimensão cultural, ou de representação colectiva, que as ciências sociais posteriormente salientaram.[2]

Nesta perspectiva, a análise do género enquanto sistema de conhecimento sobre o sexo, largamente partilhado, verdadeira "invenção das sociedades humanas" (Hare-Mustin e Marecek, 1990b, p. 4), implica necessariamente uma deslocação das pessoas para os processos. Esta deslocação do objecto de pesquisa resulta da localização do género na sociedade pensante, a que se refere Moscovici (1981) e não em perfis individuais ou colectivos. Na perspectiva do género enquanto representação social, e de acordo com a proposta que Moscovici opõe à perspectiva comportamentalista (Vala, 2000), o género não é uma mera representação do estímulo sexo, nem um factor mediador entre o estímulo e a resposta, mas sim uma construção do sexo, que dá sentido à nossa identidade sexual e às dos outros, aos objectos e aos contextos sexuados, numa lógica simbólica que não deixa de sofrer a influência da lógica sociológica da posição relativa dos indivíduos. É necessário, por isso, ter em conta que estas representações são trazidas para o laboratório (Doise, 1984) e que os próprios contextos experimentais são interpretados e interpretáveis à luz do género (Unger, 1990).

A resistência aos níveis de análise posicional e ideológico, em particular, tem sido, talvez, um dos principais obstáculos à mudança de paradigma na abordagem do género pela psicologia social americana. A relevância da teoria das representações sociais para a compreensão dos processos de construção do sexo não é, em geral, reconhecida, numa comunidade científica que tem persistido em ver as

representações sociais enquanto meras representações mentais. O recente capítulo de Deaux e LaFrance (1998), no *Handbook of social psychology*, apesar de dar voz a algumas críticas da psicologia social europeia, é um bom exemplo do que acabamos de dizer:

> Accepting the position that gender operates dynamically at multiple levels, where does one enter the system? How does the investigator or theorist decide on a starting point for analysis? Answers to these questions clearly differ, depending on one's frame of reference. For those following the tradition of individual differences, the point of embarkment is typically one of looking for sex differences in some trait or ability measure. From a more social psychological perspective, the investigator will consider the interaction context... In a more complex analysis, one can attempt to judge several balls at once, trying to chart the interplay between persons, situations, and social structures. (Deaux & LaFrance, 1998, p. 800-801).

De acordo com esta citação, os níveis de análise da investigação psicossociológica reduzem-se ao intra-individual e ao interindividual e a consideração de outros níveis de explicação é mais vista como uma ameaça à perda de controlo sobre o processo de pesquisa, do que como uma forma de alargar o conhecimento teórico. Mas, se queremos operar uma verdadeira deslocação de paradigma e compreender a lógica simbólica do género, assim como de que modo as pessoas lhe dão sentido, na vida quotidiana, é necessário recorrer à teoria das representações sociais. Alguns exemplos da investigação sobre sexo e género, que apresentamos a seguir, confrontando o olhar da psicologia social americana com o da europeia, sempre que possível, mostram como esta última tem vindo a construir uma teoria psicossociológica da dominação baseada no sexo.

Os estudos sobre as crenças associadas às categorias de sexo (*gender beliefs systems*) ilustram o que a teoria das representações sociais designa por processos de objectivação. Mas se esta dimensão imagética das representações nos pode ser útil, não podemos prescindir de outra ordem de processos para a compreensão das representações sobre os sexos. Se considerarmos a análise dos significados dos traços associados ao sexo masculino e ao sexo feminino, encontramos, por um lado, uma relativa diversidade consoante as características das populações interrogadas (vejam-se, por exemplo, os resultados obtidos por Costa e Santos, 1997, relativamente aos de estudos anteriores em Portugal). Por outro lado, do ponto de vista da ancoragem, os traços do estereótipo masculino confundem-se com os de outras categorias supra-ordenadas, ao contrário dos traços do estereótipo feminino, e este resultado verifica-se numa grande diversidade de países, seja quando se considera a nacionalidade (Eagly e Kite, 1987), seja quando se considera a pessoa adulta (Amâncio, 1994), como categorias supra-ordenadas. Este efeito traduz uma assimetria simbólica (Amâncio, 1996a), na medida em que não se trata apenas de uma diferença em termos avaliativos, mas sim em termos de significado. Quando se considera a assimetria nos estereótipos das categorias de sexo, entendendo-a apenas em termos de hierarquia avaliativa, esquecem-se dois aspectos importantes: o

facto de que também existem traços positivos no estereótipo feminino e o facto de que são os atributos masculinos que servem de referência a ambos os sexos, por se confundirem com o significado de pessoa, enquanto que os do estereótipo feminino, servem apenas de referência às mulheres. Esta universalidade dos significados masculinos, distinta da especificidade dos femininos, repercute-se a outros níveis, como mostram os estudos que analisam os conteúdos das categorias de sexo, do ponto de vista da saliência informativa: a maior especificidade do estereótipo feminino torna a pertença à categoria mulher mais saliente, ao nível da recordação sobre os outros, e mais informativa, ao nível das interacções (Hurtig e Pichevin, 1995 e Pichevin e Hurtig, 1996).

As representações das categorias de sexo revelam, assim, um processo de diferenciação entre uma categoria específica, homogénea e sobre-sexuada, já que a pertença sexual constitui uma dimensão central e sempre presente na categoria feminina, de uma categoria heterogénea, onde a pertença sexual se confunde com outras dimensões. É nesta diferença, que é gerada no plano simbólico e não no dos indivíduos, homens e mulheres, que encontramos, sem dúvida, a melhor prova da não homologia entre sexo e género.

Nos estudos que procuram analisar a relação entre os estereótipos e o comportamento, encontramos também limitações que resultam da negligência da assimetria simbólica. O primeiro exemplo é o do modelo da androginia, a que já nos referimos no início. A hipótese central do modelo, segundo a qual as pessoas que reunissem as características positivas dos dois sexos seriam capazes de se adaptar a uma maior diversidade de contextos (Bem, 1978/1986), veio a ser contestada, tanto em críticas americanas (Morawski, 1987) como europeias (Lorenzi-Cioldi, 1994). De facto, a análise detalhada dos resultados obtidos por Sandra Bem, a que procedeu Lorenzi-Cioldi, revelou dados ignorados pela autora, como o facto de haver mais homens andróginos do que mulheres, nos seus estudos, e de também se verificarem melhores índices de adaptação dos homens, tanto masculinos como andróginos, a uma maior diversidade de situações. A androginia surgia, assim, como um privilégio do sexo masculino, ao contrário da vantagem para o sexo feminino que o modelo pretendia trazer. Aparentemente não basta somar os traços positivos associados aos dois sexos para que as oportunidades se alarguem a homens e mulheres, da mesma maneira. E isto porque, os estereótipos masculino e feminino não são a cara e a coroa da mesma moeda, antes ancoram, continuando nos termos daquela metáfora, em sistemas monetários diversos.

Um modelo mais recente estabelece uma relação entre os estereótipos e os juízos e avaliações do comportamento de homens e mulheres, considerando as crenças sobre os papéis sexuais, aprendidas durante o processo de socialização e confirmadas pela divisão sexual do trabalho, como factores geradores de expectativas sobre os comportamentos masculinos e femininos que orientam os juízos sobre os outros (Eagly, 1987). Mas, quando se analisam os juízos sobre tomadas de decisão, por parte de actores homens e mulheres em posições de autoridade (Amâncio, 1993a), ou se salienta o seu grau e tipo de competência (Amâncio, 1996b), verifica-se que as expectativas dos observadores, homens e mulheres, são orientadas de forma diferente, de acordo com o sexo do actor: enquanto que o comportamento

das mulheres é julgado em termos de desvio ou conformidade com os estereótipos, salientando a sua feminilidade ou masculinidade, os juízos sobre o comportamento dos homens focalizam-se na decisão propriamente dita, sem ameaçar a identidade de género dos actores. Sendo assim, é possível contestar a relevância do próprio conceito de papel, nesta análise, uma vez que ele só parece aplicar-se às mulheres. De facto, e de acordo com a hipótese da assimetria simbólica, o seu comportamento está carregado do sentido do ser mulher, mas o mesmo não acontece com os comportamentos de actores masculinos. Nesta perspectiva, os estereótipos seriam geradores de expectativas de comportamento, sem dúvida, mas só no caso das mulheres é que as expectativas se formam no quadro definido pelas fronteiras das categorias de sexo.

A distinção entre uma categoria específica, em que o critério classificatório é um marcador colectivo, como é o caso do sexo para as mulheres, e uma categoria onde a pertença grupal não anula a distintividade individual, constitui uma instância de relações intergrupais que tem merecido particular atenção por parte dos investigadores europeus (Apfelbaum, 1979; Deschamps, 1982). Neste caso, e contrariando os pressupostos do modelo de Bristol (ver Amâncio, 2000, para uma discussão mais detalhada), a distintividade individual e a diferenciação intergrupos não são dimensões independentes, antes co-variam, pelo menos no caso dos membros dos grupos dominantes, como mostrou Lorenzi-Cioldi (1988) num conjunto de estudos que estabeleceram a homologia entre grupos dominantes e dominados e os grupos de sexo. Em consequência da assimetria simbólica, as mulheres, em situações de comparação com outros do mesmo sexo e do sexo oposto, ficam submetidas a uma escolha forçada entre a negação da sua identidade feminina, para se distinguirem individualmente, e a fusão no seu colectivo de pertença, abdicando então da individualidade (Amâncio, 1993b). A única forma de evitar esta escolha forçada é a fuga para o imaginário de uma identidade "neutra", vazia de significados categoriais (Amâncio, 1989, p. 8).

A localização social de um grupo dominado, como acontece com as mulheres no caso das relações sociais baseadas no sexo, é assim permanentemente reactualizada, não só devido à saliência da sua pertença grupal, como vimos antes, mas também devido aos conflitos que os diferentes contextos impõem a uma identidade, cuja diferença é sobretudo alteridade (Jodelet, 1998). Nesta perspectiva, o poder não é uma simples assimetria de recursos, ou de capacidade de influência, como tem sido tratado pela psicologia social americana (Apfelbaum, 1997), nem é um atributo que os homens possuem e de que as mulheres carecem, como é, por vezes, entendido na literatura feminista. Antes se trata de um poder simbólico que não é objecto de troca, nem decorre da vontade dos actores, e que coloca homens e mulheres em posições relativas que também não são intermutáveis.

A persistência da assimetria simbólica no modo de pensar as categorias de sexo, apesar das mudanças na situação das mulheres nas últimas décadas, na maior parte dos países desenvolvidos, faz dela uma representação hegemónica. A investigação sobre o carácter fundamental desta representação e da sua convivência, ou articulação, com outras, que as transformações sociais, nomeadamente a

diversificação dos contextos da feminilidade, têm vindo a gerar, é um desafio que se coloca ao desenvolvimento actual da teoria das representações sociais.

No mundo do trabalho, os estudos sobre as mulheres em profissões masculinas revelam alguma tensão entre a representação hegemónica e representações mais contextualizadas. Nos meios empresariais de alguns países europeus verifica-se uma resistência, por parte das pessoas inquiridas, a exprimir juízos estereotipados de homens e mulheres empresários/as, mas quando se utilizam medidas indirectas o protótipo do empresário ideal surge com toda a sua carga masculina (Kirchler, 1997). Em Portugal, uma investigação junto de mulheres em profissões de elevado estatuto mostra as contradições nos discursos sobre a carreira e as causas para o sucesso, devido à constante hesitação entre a celebração do sucesso, no plano individual, e o reconhecimento da sua posição excepcional, enquanto mulheres (Nogueira, 1996). As mulheres políticas francesas, interrogadas sobre a sua experiência, falam de sentimentos de marginalidade e isolamento, para além das rupturas que viveram na sua vida privada, em particular as da primeira geração, enquanto que as norueguesas da mesma geração têm um discurso "sereno" e se mostram seguras do usufruto de um direito (Apfelbaum, 1995, p. 81). Do lado da vida privada, um estudo feito na Suíça (Roux, 1999) mostra ainda que as mulheres reconhecem a persistência da discriminação contra as mulheres e da injustiça na divisão do trabalho, na sociedade em geral, mas consideram que as relações com os seus companheiros/maridos são uma excepção a este quadro. O estudo de Gabrielle Poeschl e Aurora Silva, neste número, mostra também a convivência da adesão ao discurso da igualdade na divisão sexual do trabalho na família, com a conformidade com a desigualdade dos papéis tradicionais, em meios qualificados, como o dos professores, em Portugal.

A difusão dos discursos sobre igualdade de oportunidades, justiça e direitos, como mostram aqueles estudos, é geradora de tensões e contribui, decerto, para a reconfiguração das representações sobre as categorias de sexo. A distinção entre o sexismo flagrante e ambivalente, proposta por Glick e Fiske (1996), é uma indicação da existência de representações "públicas" — as que se exprimem de acordo com o politicamente correcto para dar uma imagem moderna de si, e "privadas", que são activadas em função dos contextos e que correspondem apenas a uma mudança estratégica. Mas a investigação sobre a articulação entre as velhas e as novas representações e os seus efeitos para a mudança, a permanência ou a coexistência de ambas, não pode prescindir da relação destas com outras representações sociais, cujos significados marcam as relações sociais baseadas no sexo, como o individualismo e a cidadania. Essa será uma via de aprofundamento possível e necessário na investigação sobre o papel da ciência e do estado para a transformação dos mitos das sociedades antigas e das grandes religiões em "verdades" comuns, tornadas familiares. Na psicologia social, o quadro teórico que permite a integração desta dimensão histórica, na análise do género, é justamente o das representações sociais.

Conclusão

Procurou-se, neste artigo, esclarecer a diferença entre sexo e género, mostrando que não há homologia entre eles e que a psicologia social não está condenada à fatalidade de os confundir, visto que possui instrumentos teóricos para estudar os processos de construção social da masculinidade e da feminilidade. A mudança de paradigma que se propôs implica, no entanto, um olhar crítico sobre a prática científica. No quadro das ciências sociais essa é, afinal, uma condição essencial para combater a visão liberal das relações sociais.

Como procurámos salientar, a prática dos psicólogos sociais ancorou numa certa visão de sociedade. É certo que o facto de esta disciplina ter eleito o método experimental, como sinal de estatuto científico por excelência, como dizia Carolyn Sherif, tornou-a particularmente vulnerável à crítica do individualismo metodológico. Mas, como dizia recentemente Serge Moscovici, "os métodos servem para produzir outras ideias, são feitos para a investigação, não é a investigação que é feita para os métodos".[3] O propósito moralizador que levava a considerar o pensamento do senso comum como irracional e a tentação de intervir para ensinar as pessoas a pensar de forma "objectiva" são também sinais de um olhar muito particular sobre as relações sociais que se reflectiu na prática científica. Vale a pena lembrar, uma vez mais, a advertência que Roger Brown nos faz na edição de 1986 de *Social psychology* sobre a ilusão da mudança dos preconceitos racistas, em tudo semelhante ao que hoje se passa com o sexismo — as pessoas aprenderam que "é feio exprimir os seus estereótipos e preconceitos em público, embora uma anedota racista [ou sexista] num círculo de amigos até caia bem" (Amâncio, 1994, p. 39). Considerar que os indivíduos são o ponto de partida, para a observação dos fenómenos, e ao mesmo tempo de chegada, para a sua explicação ou mudança, assim como acreditar na objectividade da ciência, são aspectos que marcaram a prática da investigação psicológica. Mas estes aspectos, enraizados na cultura americana, reflectiram-se igualmente no próprio movimento feminista.

O lugar central que a psicologia americana, em particular a psicologia social, ocupou neste artigo e a crítica a que foi submetida poderiam levar, numa leitura superficial, a ver aqui uma tomada de posição radical a favor da psicologia social europeia. Mas é bom não esquecer que a maior parte das críticas que fundamentaram a nossa argumentação vêm dos próprios autores americanos, em particular da teoria feminista na psicologia. Este é, sem dúvida, o mais importante indicador da enorme riqueza do debate que, nos Estados Unidos, atravessa a comunidade científica e a sociedade em geral e que, nunca é demais acentuar, não tem paralelo em muitos países europeus, muito particularmente em Portugal. Se as gerações das pioneiras dos anos 60 e 70 representaram minorias activas que ganharam o reconhecimento da sua postura crítica, junto da maioria, contribuindo ao mesmo tempo para a mudança, a verdade é que foi também a formação de novas gerações que impediu que o debate ficasse marcado por uma época, estimulando a sua permanente actualização e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Notas

1 Betty Friedan foi também fundadora da primeira organização feminista deste período, nos Estados-Unidos, a *National Organization for Women* (NOW), em 1966, que presidiu até 1970 e que é considerada a mais representativa da corrente do feminismo liberal. A título de curiosidade citamos a referência a esta figura no dossier que o *Público* (em colaboração com o *El Pais*) dedicou ao Século XX: "A Mística da Mulher (1963) da escritora norte-americana Betty Friedan rapidamente se converteu num dos livros de cabeceira do feminismo. A profunda análise do lugar da mulher na sociedade pós-industrial nasceu da *experiência pessoal da autora, dona de casa e mãe de três filhos*. Friedan fundou a National Organization for Women (NOW) em 1966. " (suplemento n.º 21, p. 501, itálico meu). Se é importante salientar a forma como Betty Friedan é desqualificada, nesta descrição, não é apenas para estabelecer um paralelo com a actualidade portuguesa –quem não se lembra do epíteto "dona de casa" para denegrir a imagem pública de uma adversária política ? A questão de fundo é que este tipo de linguagem obscurece uma das características mais importantes do feminismo da segunda vaga, nos Estados Unidos como nos outros países onde existiu, e aquela que mais contribuiu para que o movimento se repercutisse nos meios intelectuais e científicos – precisamente o facto de ele ser protagonizado por mulheres qualificadas, cuja reflexão crítica e filosófica, as tornou figuras de referência.

2 A análise efectuada por Vala, Lima e Caetano (1996) às comunicações apresentadas na X Conferência da Associação Europeia de Psicologia Social Experimental mostra que a psicologia social europeia integra o género nos níveis de análise intergrupal e ideológico, conforme se pode ver na figura 1 da página 849.

3 Na Conferência de Encerramento da 5.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais (Montreal, 29.8/2.9) intitulada *De l'héritage à l'avenir ou le chemin à parcourir*. Uma vez que o texto não foi distribuído, cito a partir das minhas notas.

Referências

Amâncio, L. (1989). Social differentiation between "dominant" and "dominated" groups: Toward an integration of social setereotypes and social identity. *European Journal of Social Psychology, 19*, 1-10.

Amâncio, L. (1993a). Stereotypes as ideologies: The case of gender categories. *Revista de Psicologia Social, 8*, 163-170.

Amâncio, L. (1993b). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica, XI* (2), 213-221.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.

Amâncio, L. (1996a). Gender representations and the representation of the person. *The European Legacy: Toward New Paradigms, 3* (1), 999-1003.

Amâncio, L. (1996b). Gender, expertise and authority: The effect of gender and specialised knowledge on the perception of authority. *Psicologia, XI* (1), 11-25.

Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberations: An analysis of power between groups. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations*. Monterey: Brooks/Cole.

Apfelbaum, E. (1995). Quand le pouvoir vient aux femmes. In L. Amâncio e C. Nogueira (Eds.), *Gender, managemen and science* (Proceedings of the small meeting, pp. 73-82). Braga: Universidade do Minho / Instituto de Educação e Psicologia.

Apfelbaum, E. (1997). La psychologie sociale à l'épreuve des femmes: l' Impense des rapports de domination. *Revue Internationale de Psychologie Sociale/International Review of Social Psychology, 10* (2), 153-169.

Bem, S. L. (1978/1986). Au-delà de l"androgynie: Quelques préceptes osés pour une identité de sexe libérée. In M. —C. Hurtig & M. —F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes*. Paris: Editions Tiercé. [Versão francesa do capítulo publicado em J. A. Sherman & F. L. Denmark (Eds.), The psychology of women: Future directions in research. Nova Iorque: Psychological Dimensions].

Bem, S. L. (1993). *The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality*. New Haven: Yale University Press.

Broverman, I. K., Broverman, D. M., Clarkson, F. E., Rosenkrantz, P. S., & Vogel, S. R. (1970). Sex-role stereotypes and clinical judgements of mental health. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 34*, 1-7.

Broverman, I. K., Vogel, S. R., Broverman, D. M., Clarkson, F. E., & Rosenkrantz, P. S. (1972). Sex-role stereotypes: A current appraisal. *Journal of Social Issues, 28*, 59-78.

Costa, S., & dos Santos, M. S. (1997). *Estereótipo da mulher em Portugal e sua relação com a discriminação sexual no trabalho*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Crawford, M., & Unger, R. (2000). *Women and gender: A feminist psychology*. Boston: McGraw-Hill.

Deaux, K., & LaFrance, M. (1998). Gender. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology*. Boston: McGraw-Hill.

Deschamps, J. —C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations*. Londres / Paris: Cambridge University Press / Maison des Sciences de l'Homme.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.

Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Londres / Paris: Cambridge University Press / Maison des Sciences de l'Homme.

Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behaviour: A social-role interpretation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Eagly, A. H. (1995). The science and politics of comparing women and men. *American Psychologist, 50* (3), 145-158.

Eagly, A. H., & Kite, M. E. (1987). Are stereotypes of nationality applied to both women and men ? *Journal of Personality and Social Psychology, 53*, 451-462.

Farr, R. M. (1996). *The roots of modern social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.

Friedan, B. (1963, 1998). *The feminine mystique*. Nova Iorque: W. W. Norton.

Gilligan, C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology, 70*, 491-512.

Goldberg, P. A (1968). Are women prejudiced against women? *Transaction, April*, 28-30.

Hare-Mustin, R. T., & Marecek, J. (1990a). Gender and the meaning of difference. In R. T. Hare-Mustin e J. Marecek (Eds.), *Making a difference: Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.

Hare-Mustin, R. T., & Marecek, J. (1990b). On making a difference. In R. T. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making a difference: Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.

Hurtig, M. C., & Pichevin, M. F. (1985). La variable sexe en psychologie: Donné ou construct? *Cahiers de Psychologie Cognitive, 5*, 187-228.

Hurtig, M. C., & Pichevin, M. F. (1986). *La différence des sexes: Questions de psychologie*. Paris: Editions Tiercé.

Hurtig, M. —C., & Pichevin, M. F. (1995). The sex category system: Two asymmetrically processed social categories. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, management and science* (Proceedings of the small meeting, pp. 13-31). Braga: Universidade do Minho / Instituto de Educação e Psicologia.

Jesuíno, J. C. (2000). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Ed.) *Representando a alteridade* (pp. 47-67). Petrópolis: Editora Vozes.

Kirchler, E. (1997). The unequal equality: Social stereotypes about female and male entrepreneurs. *Revue Internationale de Psychologie Sociale / International Review of Social Psychology, 10* (2), 63-77.

Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés: Images masculines et féminines*. Grenoble: PUG.

Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les androgynes*. Paris: PUF.

McKenna, W., & Kessler, S. (1977). Experimental design as a source of bias in social psychology. *Sex Roles, 3* (2), 117-127.

Millet, K. (1970, 1991). *Sexual politics*. Londres: Virago Press.

Morawski, J. G. (1987). The troubled quest for masculinity, femininity and androgyny. In P. Shaver & C. Hendrick (Eds.), *Sex and gender*. Califórnia: Sage.

Morawski, J. G. (1994). *Practising feminisms, reconstructing psychology: Notes on a liminal science*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. Londres: Academic Press.

Nicolson, P. (1992). Feminism and academic psychology: Towards a psychology of women? In K. Campbell (Ed.), *Critical feminism: Argument in the disciplines*. Buckingham: Open University Press.

Nogueira, C. (1996). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Oakley, A. (1972). *Sex, gender and society*. Londres: Temple Smith.

Pichevin, M. —F., & Hurtig, M. —C. (1996). Describing men, describing women: Sex membership salience and numerical distinctiveness. *European Journal of Social Psychology, 26* (4), 513-522.

Rosenkrantz, P. S., Vogel, S. R., Bee, H., Broverman, I. K., & Broverman, D. M. (1968). Sex-role stereotypes and self-concepts in college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 32*, 287-295.

Roux, P. (1999). Perception de la discrimination, sentiment d"injustice et résistance des femmes à l"égalité dans les rapports de sexe. In F. Butera & G. Mugny (Eds.), *Social influence in social reality*. Berna: Hogrefe & Huber.

Sherif, C. W. (1979/1998). Bias in psychology. In J. Sherman & E. T. Beck (Eds.), *The prism of sex: Essays in the sociology of knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press.

Shields, S. A. (1975). Functionalism, darwinism and the psychology of women: A study of social myth. *American Psychologist, 30*, 739-754.

Spence, J., Deaux, K., & Helmreich, R. L. (1985). Sex roles in contemporary American society. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology* (vol. 2, 3.ª Ed.). Nova Iorque: Random House.

Stoller, R. (1968). *Sex and gender*. Nova Iorque: Hogarth Press.

Unger, R. K. (1979). Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist, 34*, 1085-1094.

Unger, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: Psychology constructs gender. In R. T. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making a difference: Ppsychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.

Unger, R. K. (1998). *Resisting gender: Twenty-five years of feminist psychology*. Londres: Sage.

Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Williams, J. E., & Best, D. L. (1986). Sex stereotypes and intergroup relations. In W. Austin & S. Worchel (Eds.), *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson Hall.

Gender and psychology. A brief history of misunderstandings (abstract) In spite of its rather long history in psychology, it was only recently that the gender concept was accepted by researchers and the implications of its use, for psychological research, were fully recognised. The integration of gender has indeed fuelled an epistemological debate that has contributed to question some basic assumptions in psychology, as well as the faith in the objectivity of the ways of seeking knowledge in psychological research. This article highlights the difficult trajectory of the gender concept in psychology, since it first appeared 30 years ago. The introduction presents some examples of the prevalent confusion between sex

and gender in order to illustrate how the discipline has resisted the paradigmatic shift required by the gender perspective. The second part of the article points out some of the obstacles to this shift, particularly in American psychological research, in the context of the new social movements, such as feminism. The last part of the article discusses new developments from European social psychology, particularly within social representations and social identity theories, that can contribute to a consistent theoretical framework for the study of gender issues.